

Coordenadores:

Cândido Grzybowski
Maria Julieta C. Calazans
Sônia Ribeiro Moreira

Colaboradores:

Cândido Grzybowski
Jean Pierre Leroy
Renato Barbosa
Ary Mortendal
Carlos Brandão

Coordenadores:

Cândido Grzybowski
Maria Julieta C. Calazans
Sônia Ribeiro Moreira

SUMÁRIO

- Educação popular no meio rural 5
Cândido Grzybowski
- Notas para discussão sobre educação popular no campo 7
Jean Pierre Leroy
- O Mobral e a educação no meio rural 11
Renato Barbosa
- Tendências da educação popular na década de 80 no meio rural 20
Ary Mortendal
- Aprender a dizer a sua palavra (Anotações sobre o trabalho do alfabetizador de adultos) 25
Carlos Brandão

Este documento é parte do resultado do 3º Seminário sobre Meio Rural e Educação realizado pelo INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM EDUCAÇÃO (IESAE), da Fundação Getúlio Vargas, em convênio com o CNPq. Rio de Janeiro, 9-11 de dezembro de 1981.

EDUCAÇÃO POPULAR NO MEIO RURAL

Cândido Grzybowski

Faz-se necessário explicitar as preocupações que estão na origem deste seminário, bem como a proposta feita e os objetivos visados.

O seminário que ora se inicia é parte de um ciclo de seminários em que estão sendo apresentadas, avaliadas e debatidas diferentes práticas educacionais que dizem respeito à população brasileira que trabalha e vive no campo.

Evidentemente, pensar a nossa educação, em geral, e a educação no meio rural, em particular, não é apenas um dever de ofício de educadores, administradores educacionais, pesquisadores da educação, alunos dos cursos de pós-graduação em educação e de pedagogia. Na atual conjuntura, pensar a educação é reconhecer que existe uma questão social e política ligada à disputa por hegemonia das diferentes forças sociais face à crise de um modelo de organização e desenvolvimento e a necessidade de um novo projeto social. Ninguém duvida da importância das práticas educacionais em termos de sua contribuição para a constituição/consolidação da hegemonia, isto é, face às possibilidades das relações sociais objetivas, colaborar e desenvolver conhecimentos, bem como dirigir vontades, que contribuem para configurar o tipo e a direção de integração e/ou participação social de grupos e classes da população. No caso do campo, dadas as transformações aí operadas nas últimas décadas e a tensão social reinante, a disputa do espaço educacional pelas diferentes forças sociais é particularmente aguda. Aliás, a origem das propostas de política educacional mais recentes, a diversidade de iniciativas públicas e privadas, a heterogeneidade das práticas educacionais concretas não são outra coisa senão a expressão, na área educacional, de uma maior importância social e política da questão agrária e das exigências e/ou tarefas que cabem à educação em tal contexto, como resultado dos interesses das diferentes forças sociais envolvidas.

Neste sentido, penso que o debate acadêmico, próprio de um seminário como este, é uma contribuição necessária e oportuna, pois está inserido num processo que abarca a sociedade como um todo.

A proposta de três seminários sobre meio rural e educação visou dar conta de práticas educacionais bastante heterogêneas entre si, apesar de coerentes quando referidas às relações sociais no campo. O corte proposto — (1) ensino de 1º grau, (2) extensão rural e formação profissional e (3) educação popular no meio rural — não foi no sentido de privilegiar e/ou valorizar de antemão algum tipo de prática. Trata-se, na verdade, de um esforço em admitir que a diferença entre as práticas educacionais deve ser ela mesma, uma questão de reflexão e debate. Isto é, a questão social e política da educação no meio rural não está presente somente na educação popular, mas também, apesar de em formas diferentes, no sistema oficial de ensino, nas práticas extensionistas, na formação profissional de trabalhadores rurais, etc. Por isto, os dois seminários até agora realizados tiveram como objetivo pensar a questão central da problemática educacional atual em campos específicos de atuação, reconhecendo que neles também estava presente o problema do tipo de sociedade a construir.

Uma condição para o êxito do III e último seminário, que se inicia neste momento, é a sua relação com os dois anteriores. No fundo, penso que não seja possível, considerar as práticas de educação popular em si mesmas, isoladamente, sem sua articulação com o processo contraditório que dá unidade às diferentes ações educacionais, por mais heterogêneas que sejam.

É com esta intenção que nós, da comissão de coordenação do IESAE convidamos a todos e esperamos poder contribuir para uma troca de experiências e reflexões entre todos os presentes.

Antes de passar a palavra aos nossos conferencistas convidados, gostaria de esclarecer um pouco o modo como pensamos desenvolver este III seminário.

Pensamos que as práticas de educação popular são as que mais direta e explicitamente desenvolvem um *saber social* referente à integração/participação social e política. Por isto, são práticas pouco institucionalizadas e quase sempre moldadas pela conjuntura, menos tradicionais e mais orgânicas. Na educação popular, a relação entre educação e luta por hegemonia é direta e imediatamente ligada à questão do poder na sociedade. Explícita ou implicitamente, a educação popular é uma dimensão de um projeto político e, como tal, pensamos, deve ser tratada. Os conteúdos e os métodos da educação popular no meio rural não são outra coisa que o tipo de organização de base e articulação entre agentes sociais semelhantes de uma área social definida que é buscada e o modo de aprendizagem da participação social.

Os temas básicos propostos visam, de um lado, dar conta de algumas das práticas educacionais mais significativas no meio rural, que no momento, por sua extensão, base institucional, experiência acumulada, ou objetivos políticos visados, configuram as tendências contraditórias da educação popular. Por outro lado, há um debate em curso sobre a educação popular, suas perspectivas e possibilidades, face à evolução social e política das próprias camadas da população rural que atinge e face à própria organização e desenvolvimento da sociedade brasileira. Tal debate merece ser revisto e novas questões podem aparecer.

O terceiro dia de nosso seminário será reservado para comunicações de experiências, de pesquisas concluídas ou projetos em andamento, referidos ao problema. Debate da maior importância por revelar como e onde está sendo pensada a educação popular.

Pedimos aos participantes que queiram fazer alguma comunicação, e que ainda não se inscreveram, que procurem a Profª Sônia Moreira ainda hoje.

Em linhas gerais, é este o quadro do seminário. Nós da coordenação esperamos poder contribuir para que a troca de preocupações e análises entre os participantes possa se realizar da melhor forma possível. Pedimos antecipadamente desculpas se algo não funcionar pois a *administração* de um processo de troca também é fruto de aprendizado.

NOTAS PARA DISCUSSÃO SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR NO CAMPO

Jean Pierre Leroy
FASE

Referência

- 5 anos de experiência direta em educação popular no Pará e Maranhão;
- 4 anos de acompanhamento e contato com trabalhos no Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, e indiretamente em mais quatro Estados;
- parte de práticas desenvolvidas junto a posseiros, parceiros, moradores, assalariados rurais, chamados aqui, para simplificar, o "povo".

1. A Educação, para uma criança, é aprender a se tornar adulto. Será educada quando estiver "armada" para enfrentar sozinha a vida (profissão, capacidade de relacionamento etc. . .). Isso, basicamente, através da transmissão de conhecimento; visto como um processo individual.

A educação popular — É "o povo" que aprende a se tornar adulto, que se instrumentaliza, se "arma" para ocupar o seu lugar na sociedade, para dominar o seu futuro.

Várias conotações nesta concepção de Educação Popular:

- A E.P. não passa primeiro pela transmissão de conhecimentos. Passa através da prática social do povo;
- Dimensão coletiva da E.P. (são grupos, comunidades, categorias etc. que buscam juntos a sua participação na sociedade);
- A E.P. é globalizante, totalizadora. Abrange todos os aspectos da vida e, em cada aspecto, quer abranger a vida toda.
- Embutida na E.P., está a idéia de um projeto sociopolítico.

2. Três dimensões da E.P.:

- discussão histórica;
- discussão conjuntural;
- discussão ideológica.

- Um povo marginalizado em luta por sua participação na sociedade, por conquistar a sua cidadania. Luta que não começa hoje, nem com este povo, neste País.
- Um povo submetido a um bombardeio ideológico permanente que ora dificulta, ora ajuda a E.P.
- Dentro de uma conjuntura (social, econômica, política) que amplia ou estreita o espaço da E.P.

Falar das tendências da E.P. no campo na década de 80 deveria levar em conta essas variáveis (e outras). Alguns pontos:

— A E.P. amanhã vai partir das conquistas do povo hoje, do que existe hoje: movimento sindical, comunidades de base, de luta pela terra etc. Ex.: se, numa região, lavradores expulsos conseguem “terra por terra”, amanhã em outro lugar o espaço da E.P. dar-se-á dentro desse mesmo lema: “terra por terra”. Se historicamente, as camadas desfavorecidas obtiveram algo a partir da sua participação política, e já tem categorias sociais no campo que tem clara essa visão histórica, a E.P. tem e terá que incorporar a dimensão política dentro do seu campo de ação.

— O espaço da E.P. é ligado também à conjuntura. Uma situação de pressão pode provocar a reação popular (Itaipu, barragens do Nordeste, certos casos de grilagem) mas também abafar e tolher a sua reação (casos de grilagem e violências policiais).

Há um anseio geral dentro do pequeno campesinato por um pedaço de chão, acesso real ao crédito, às técnicas e formas de cooperativismo apropriadas, quer dizer, aspiração à reforma Agrária — campo enorme para uma prática de E.P. —, evidentemente ligada à conjuntura política.

— O capitalismo está entrando definitivamente no campo, criando novas relações sociais, abrindo assim um novo espaço criativo para E.P., junto às múltiplas categorias de assalariados rurais.

3. Dentro dessa concepção da E.P., o papel do agente de intervenção social (ou educador popular).

Duas concepções extremadas caricaturadas

- O “puro” que prensa o grupo de posseiros, o povoado, o “povo”, como se fosse uma tribo indígena novamente descoberta e milagrosamente protegida de qualquer influência. Deste povo, brotaria espontaneamente o saber, as organizações que o levariam a transformar a sociedade;
- E, na outra extremidade do leque, o que pensa a educação como simples meio de conquistar os votos do povo ou de o povo organizar politicamente. No *meio*, o artesão (pois não há ciência ou currículo formal que dê conta da E.P., que se aparenta mais à arte), ou a rigor o servente do artesão, se o primeiro agente da educação é o próprio povo se construindo como obra. Seu papel?

(a) Em primeiro lugar, conviver com o povo para que sua análise da realidade — o educador deve ser um estudioso permanente, pois não se trabalha na base da generosidade — não seja doutrinária mas consoante com as aspirações do povo, com a própria leitura da realidade deste. Sensibilidade.

(b) Refletir com o grupo as suas ações, a sua prática:

— como “espelho”,

— mas também trazendo elementos de informação e formação (a transmissão de conhecimentos é secundária mas não deixa de ser necessária).

(c) Ajudar o grupo a agir, propor-lhe; se for necessário, realizar algo para ajudar a desencadear um processo de participação.

(d) Ajudar na constituição de organizações populares autônomas que possam permitir ao povo organizado coletivamente responder as suas necessidades imediatas, formular propostas de participação na sociedade, se constituir em grupos de pressão, e participar da discussão e da implementação de um projeto político para a sociedade brasileira.

(e) Às vezes, o agente de intervenção social toma a frente do grupo, o substitui, numa perspectiva passageira. É a sua prática que mostrará se é dirigismo ou não. (Exemplo: Se chega a grilagem numa área antes tranqüila que ameaça posseiros despreparados, terá que tomar as primeiras providências.)

4. Anotações a partir da minha experiência

● Etapa processo em programas de E.P. no campo, no Norte do País, (esquematisação grosseira).

— Projetos agrícolas (campos experimentais de grupos), grupos cooperativistas (consumo e comercialização, projetos de saúde).

— Luta pela terra. Atividades E.P.: documentação do pessoal, cursos sobre legislação jundiária, serviços de advocacia etc.

Papel nessa fase das atividades técnicas: reforçar a “assistência”.

A resposta individual às ameaças é impossível. A ameaça sobre a terra exige uma resposta coletiva e uma organização que assuma a defesa da categoria.

— A organização sindical. Papel do agente E.P.: trazer ao conhecimento do grupo, do povo, a existência do movimento sindical e a sua história — pôr em contato com o movimento sindical — preparar e realizar cursos sobre sindicalismo (legislação, estrutura histórica etc.). Ajudar na organização do movimento à nível local (delegacias, sindicato).

Reintegração dos programas “técnicos” de E.P. (saúde, agricultura, cooperativismo) nessa fase — como esforço do movimento, lugar de experiência e aprendizado.

— A constituição e a solidificação de organizações populares trazem novas tarefas para E.P. Esse ponto deveria fazer objeto de uma discussão à parte.

Só frizaria o papel de “serviço” que preenche sempre mais o agente de intervenção social, executando as tarefas que lhe são pedidas pelas organizações populares.

● Variáveis a serem levadas em conta num trabalho sindical (dimensão totalizadora da E.P.):

— delegacias sindicais, sindicato, o movimento na região, no País;

— participação dos homens, das mulheres, dos jovens;

— a participação, a direção, a articulação;

— a terra, a técnica, a comercialização, o imposto, a saúde, a escola, o transporte, a participação política;

— a evolução econômica (planos e programas) local, regional nacional e internacional.

● Dimensões presentes num determinado trabalho: cooperativismo (parte da necessidade local: geralmente o pequeno comerciante local que pratica preços altos na venda de mercadorias; no povoado se constitui um “grupo de compras” ou de “compra e venda” — venda em comum do pequeno excedente da produção), “caixa comunitária”, “bodega comunitária” etc.).

— a legislação e os impostos;

— o sistema cooperativo;

— formação gerencial, administrativa;

— a comercialização, a política agrícola brasileira;

— o papel das instituições governamentais (INCRA).

- Atividades e instrumentos usados pelos grupos e pelo agente de intervenção social:
 - avaliação e planejamento (ação — reflexão — ação);
 - pesquisas participantes;
 - recuperação da história popular;
 - cursos;
 - produção de material pedagógico (não só o uso, mas o processo de produção como atividade pedagógica);
 - auto-ajuda, realizações próprias nas áreas de saúde, agricultura, transporte, etc.

- Alguns lugares da E.P. no Campo:
 - a questão da terra;
 - a seca;
 - os grandes projetos: Carajás, Pro-Álcool, barragens;
 - a abertura política;
 - os dissídios trabalhistas;
 - as eleições sindicais.

O MOBREAL E A EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

Renato Barbosa
MOBRAL

Introdução

Educação no meio rural é proposta que deve integrar todos os educadores comprometidos em realizar um trabalho voltado para a transformação de um conjunto de aspectos que, numa relação cíclica e interpenetrante, configura uma situação histórica de marginalidade em nosso país.

Essa consideração nos leva a refletir acerca do *modo* como estão sendo processadas as atividades educativas no meio rural e *quem* vem realizando esse trabalho. O que se constata de imediato é a continuidade da duplicidade de ações, de atividades não complementares, além de dificuldades na articulação de trabalhos sistematizados com os de cunho popular.

Se partirmos da premissa de que o Mobreal, representando um instrumento educativo de governo, e os movimentos de educação popular, incorporando toda uma postura de transformação de realidade, procuram desenvolver, de acordo com essas características, os objetivos sociais da educação, acreditamos existir um espaço de diálogo e negociação para a busca de articulações, especialmente ao nível da execução de programas na base comunitária.

Essa proposta nos remete inicialmente a todo um questionamento crítico que é dirigido ao Mobreal, principalmente orientado para o "discurso" da Organização, tanto sob o ponto de vista economicista, quanto de cunho ideológico. Incorpora ainda questões relativas à qualidade do trabalho, porém, quase nunca, embasadas por pesquisas de campo que comprovem as hipóteses levantadas.

Isso não significa invalidar o posicionamento crítico externo, pois, pelo contrário, torna-se nesse momento de vital importância para a Organização, na medida em que a atual administração quer assumir o trabalho do Mobreal a partir de avaliações concretas e da manutenção da qualidade das ações em todos os níveis. Prova disso é a própria política que ora se adota na área de pesquisa, direcionando-a para a integração com organismos externos, de modo a ser evitado o *bias* institucional.

Por outro lado, ao considerarmos que os movimentos de educação popular sofrem limitações em diversas esferas, parece-nos pertinente lançar uma proposta dirigida ao levantamento de possíveis aproximações com o Mobreal, para, quem sabe, viabilizar articulações que, em última instância, só beneficiariam as populações de baixa renda, foco comum do trabalho educativo.

É ainda necessário que se avalie o modo como se está processando o fenômeno de transformações sócio-políticas no seio das comunidades do interior, a fim de se visualizarem as facilidades e os obstáculos que se colocam para as articulações entre organismos populares e atividades sistematizadas.

Procuraremos nesse trabalho, a partir de um breve aprofundamento da problemática que incide no meio rural, analisar o significado da educação popular, confrontando-a com alguns pressupostos operacionais adotados pelo Mobreal e levantando as possíveis aproximações metodológicas e operacionais.

1. A Problemática da Educação no Meio Rural

Não é demais lembrar que uma rede de variáveis sociais, políticas e econômicas concorre para fixar o alto grau de dependência no meio rural em relação ao espaço urbano. Esse comportamento, aliás, guardadas as devidas proporções, reflete a própria situação de dependência do País em função dos pólos de desenvolvimento, e é perfeitamente coerente com as regras do sistema econômico mundial.

Vivemos em um país eminentemente agrícola, habitado por imensos contingentes de trabalhadores rurais que sobrevivem, paradoxalmente, nas periferias urbanas. O acelerado e incontrolável processo migratório campo-cidade é decorrência natural da política econômica que dinamiza o setor secundário, sem a devida contrapartida para o setor agropecuário. Uma das resultantes dessa equação é a formação de um exército de reserva, acantonado nas margens das cidades, que está sempre pronto a atender à demanda industrial.

O desequilíbrio observado entre o campo e a cidade se faz sentir mais intensamente na própria situação fundiária brasileira, que praticamente não vem apresentando mudanças substantivas e, pelo contrário, reproduz limitações cada vez mais sérias para os agricultores, agravando as desigualdades sociais.

É nesse quadro de contradições históricas que se insere a educação rural, incorporando fortemente os aspectos desagregadores resultantes do modelo político-econômico.

Nota-se que no plano de governo há plena consciência a respeito de que a educação é problemática multissetorial, em que "o esforço educacional faz parte de um esforço geral, não somente dentro da área social, mas também dentro da área econômica, porque não há solução satisfatória dos problemas, se não houver suficiente convergência entre as áreas sociais e as áreas econômicas".¹

Uma análise mais acurada do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos — 1980/1985 (III PSCED) remete-nos a princípios, diretrizes e prioridades que não só se aproximam, como são coincidentes com algumas das características de ações educativas de cunho popular.

"A educação, considerada na ótica da política social, compromete-se em colaborar na *redução das desigualdades sociais*, voltando-se preferencialmente para a *população de baixa renda*. Procura ser *parceira do esforço de redistribuição dos benefícios do crescimento econômico*, bem como *fomentadora da participação política*, para que se obtenha uma *sociedade democrática*, na qual o acesso às oportunidades não seja função da posse econômica ou da força de grupos dominantes" (Grifo nosso).²

Fica evidenciado em primeiro lugar o reconhecimento de que a educação tem um papel mais caracteristicamente de cunho motivador, preparador e orientador. De toda maneira, é de se destacar que, pela primeira vez em muitos anos, recomendações ministe-

¹ A preocupação governamental na área de educação tem no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos — 1980-1985 um documento de comprometimento com as populações pobres, conforme toda uma postura filosófica expressa na parte introdutória — Concepção Fundamental.

² Idem.

riais denunciam o distanciamento entre os grupos sociais em função da acumulação de riqueza como uma problemática a ser vencida.

Mais adiante, e na continuação da mesma idéia, o III PSCED enfatiza que:

"Educação é direito fundamental e basicamente mobilizador, encontrando, especialmente na sua dimensão cultural, o espaço adequado para a *conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania*" (Grifo nosso).³

Essa breve análise do III PSCED pretende ressaltar algumas questões que são diretamente relacionadas com a problemática das ações no campo, especialmente em termos da filosofia de governo.

Retomando a análise central dessa parte do documento, gostaria de discutir alguns problemas, distorções e necessidades relativas à educação rural, a partir da percepção de que podem ser detectados segmentos críticos que se inserem em um ciclo vicioso de difícil rompimento.

Poderíamos citar:

- inadequação de conjuntos de material didático e demais componentes pedagógicos às características rurais, representando quase sempre, projeções de contextos nitidamente urbanos;
- desvios na identificação, recrutamento e seleção de recursos humanos locais para atuar como monitores, alfabetizadores e animadores, decorrentes de influências políticas locais, em detrimento de critérios sociopedagógicos;
- carência de recursos humanos com qualificação básica para o trabalho com grupos e, mesmo, para a formulação de conteúdos que incorporem traços culturais locais;
- fragilidade da infra-estrutura física para a realização de aulas teóricas e de centros experimentais voltados para a prática educativa;
- baixa frequência, evasão e baixos índices de aproveitamento, em decorrência da própria fragilidade estrutural dos grupos de base (alimentação, jornada de trabalho, motivação, entre outros aspectos);
- tendência à minimização dos valores culturais regionais por parte dos próprios grupos locais, como consequência direta de toda uma invasão cultural que se processa pelos meios de comunicação de massa, explorando quase que exclusivamente padrões culturais urbanos e exógenos às comunidades rurais;
- dificuldades quanto à formulação de conceituação operativa de comunidade, quase sempre definida de forma abstrata, não se pressupondo a existência de conflitos inerentes a ela.

A essa relação preliminar poderíamos acrescentar outras disfunções graves que, de toda maneira, procuraremos discutir durante o decorrer do estudo.

Em síntese, pode-se levantar a hipótese de que o ponto nevrálgico de rompimento desse ciclo de disfunções se localizaria no esforço em se reverter grande parte da atual concepção de educação rural, buscando-se reorientar o processo técnico-pedagógico no sentido de que seja gerado no próprio seio das populações rurais, tendendo para o favorecimento de mecanismos de autogestão, em que os educadores assumiriam basicamente o papel de facilitadores da ação.

³ Idem.

2. Educação Popular no Meio Rural

De imediato, do ponto de vista de experiências conhecidas a nível internacional, visualiza-se a proposta de educação popular como uma manifestação que surge e se confunde com movimentos de cunho revolucionário, a partir de motivações espontâneas que são geradas na própria comunidade, inseridas em um processo nacional de identificação social, política e cultural.

Em países que não se encontram em tal conjuntura, a educação popular emerge no seio das comunidades a partir de ações de cunho religioso, político-partidário, sindicalista, entre outras.

Pode-se inferir que uma educação popular contém elementos que permitem a democratização das oportunidades de ensino às camadas de baixa renda, partindo da premissa de que cabe a essa população conhecer e sentir suas próprias necessidades educativas, discutindo os modos de realizá-la e formulando um currículo que responda às características do grupo.

A "consciência crítica", enquanto elemento essencial dessa prática educativa é considerada o "motor" de transformação de uma cultura entendida meramente como manifestação folclórica para uma concepção de "cultura como poder", entre outras decorrências, como, aliás, assinala Carlos Brandão.⁴

Além dessa "consciência crítica", ou melhor, interagindo com ela, outros componentes essenciais estão sempre presentes nessa prática, destacando-se a participação, o diálogo e a capacidade reivindicatória dos grupos, inerentes a uma proposta de organização social de base.

Outro aspecto que obrigatoriamente faz parte da proposta educativa popular é a intencionalidade para que os currículos sejam formulados, discutidos, e permanentemente reavaliados pelos grupos de base, a partir do conjunto dos valores culturais locais, em oposição à idéia da formulação prévia e centralizada de conteúdos.

A mesma postura que se adota para a formulação de currículos e conteúdos é também considerada com relação aos demais componentes do processo — planejamento, metodologia, capacitação de recursos humanos, entre outros.

Os obstáculos de ordem estrutural que se colocam em face da prática de educação popular são tão profundos que, apesar da expansão das Comunidades Eclesiais de Base e algumas outras experiências bem sucedidas, pode-se afirmar que vivenciamos não apenas uma crise na educação, mas com um grau muito mais agudo, uma crise da educação popular, "crise em alguns casos tão profunda que pode falar-se de *inexistência de uma educação popular*".⁵

⁴ Em trabalho apresentado na Reunião Técnica Regional sobre políticas e estratégias para encarar o problema do analfabetismo e para a educação extra-escolar no meio rural, realizada em julho de 1981, no México, Carlos Brandão aprofunda a temática Alfabetização e Educação Extra-Escolar", analisando os movimentos de cultura popular que têm como premissa básica a passagem da cultura como folclore para a cultura como poder.

⁵ Sobre a crise na educação popular, German W. Rama no documento El Cambio Educativo — Situación y Condiciones, informe final 2 do Projeto Desarrollo y Educacion em America Latina y el Caribe, de agosto de 1981, analisa a "Estrutura e Movimentos Sociais no Desenvolvimento da Educação Popular" e indica:

"La inadecuación del modelo cultural que impone la escuela está vinculada por una parte, con la significativa expansión que ha experimentado recientemente la matrícula en sociedades que apre-

3. A Prática Educativa do Mobral

"Erradicar o analfabetismo" foi a meta preestabelecida para o Mobral em 1970, num aparato legal que previa ainda "a educação continuada de adolescentes e adultos", além de uma série de práticas de cunho sociocultural.

Para que possamos analisar a experiência do Mobral em áreas rurais e procurar possíveis aproximações em relação aos movimentos educativos populares, é necessário que nos reportemos inicialmente a alguns antecedentes críticos da história da Organização.

• Antecedentes críticos

Em 1970, o Censo Demográfico apontava a existência de cerca de 18 milhões de pessoas que não sabiam ler e escrever, das quais, mais de 11 milhões habitavam a zona rural, representando cerca de 65% daquela população.

Entretanto, um conjunto de problemas fazia frente aos objetivos determinados, destacando-se a expressividade do número de analfabetos, o ingresso anual progressivo de "novos" analfabetos (500 mil em 1971), a grande extensão territorial do País, com uma ampla diversidade cultural, além da deficiência do próprio sistema educativo e dos demais setores sociais básicos.

A atenção prioritária inicial — dirigida à população urbana, procedimento que é retomado no momento pela Organização sob outro ponto de vista — decorria da perspectiva economicista de prover de qualificação básica a população proletária, ao lado de facilidades operativas que foram hipotetizadas à época — mobilização, infra-estrutura, distribuição de material, pré-condições de aprendizagem por parte da população, entre outros fatores.

Entretanto, provavelmente pela própria situação mais debilitada do campo em termos de ofertas educativas, já em 1972, através de levantamento processado pela então Gerência Pedagógica, abrangendo cerca de 2,4 milhões de alunos matriculados no Programa de Alfabetização Funcional, constatava-se que 67% deles residiam na zona rural, recomendando-se acerca da necessidade de adequação do programa a essa nova realidade.

É também interessante nomear o aspecto do voluntariado que sempre foi considerado a chave operativa para a realização das atividades do Mobral, principalmente com a finalidade da criação de Comissões Municipais e grupos comunitários. Apesar do insidioso processo de desgaste que se observa já há alguns anos nesse tipo de participação, as comunidades rurais ainda preenchem com maior freqüência e interesse essa expectativa, se comparadas com os grupos urbanos.

O voluntariado pode ser considerado como um dos componentes básicos da idéia de descentralização das ações, na medida em que deveria permitir a formação de equipes mistas de leigos e técnicos de educação em praticamente todos os municípios brasileiros,

sentam un alto grado de heterogeneidad estructural, consolidado históricamente, y que se refleja en la relación entre los grupos sociales. Pero, además, esa inadecuación es, tal como lo expresa M. Wolfe en el texto que de él se incluye una de las resultantes del estilo de desarrollo predominante en la región. En función de ambos elementos, que se presentan y combinan en diferente proporción en los distintos países de la región, esta planteada la crisis de la educación popular, crisis en algunos casos tan profunda que puede hablarse de *inexistencia de una educación popular*."

viabilizando assim a perspectiva do Mobral de atuação massiva em todo o País, o que foi atingido em 1973 pela Organização.

Em termos de programas, a Alfabetização Funcional materializou a constituição de grupos em áreas rurais, o que delineava a tendência em se considerar o Mobral como um dos únicos movimentos de governo a efetivamente interiorizar ações educativas de base, sem, contudo, alcançar graus de acompanhamento pedagógico desejáveis, em função da qualidade do trabalho.

A rede de supervisores a nível nacional, implantada no ano de 1973, em que inicialmente cada supervisor de área era responsável pelo acompanhamento do trabalho em oito municípios, evoluindo até o momento para uma média de atendimento por supervisor, de quatro municípios, é também considerado como um dos procedimentos táticos mais eficazes do Sistema Mobral.

É o Supervisor de Área, em última instância, e considerando o já mencionado desgaste da participação voluntária de base, quem responde não só pela supervisão pedagógica, senão pela preparação e, em muitos casos, pela própria execução dos programas.

Em termos metodológicos, é interessante observar que a funcionalidade adotada pelo Mobral, prevendo a incorporação das experiências e vivências do grupo para a exploração dos conteúdos dos programas, confronta-se com um material didático, que, de um modo geral, segue uma formulação centralizada que não atinge efetivamente as necessidades de cada grupo em suas especificidades mais essenciais, ou, em outras palavras, não se encontra estreitamente relacionado com a identidade cultural dos grupos. Essa situação é mais aguda junto aos grupos de áreas rurais.

É de se notar, entretanto, que a descentralização na formulação do material didático é processo que apresenta sérios obstáculos em um programa de atuação massiva, considerando especialmente a dimensão cultural do País.

Provavelmente, esse processo, para ter êxito no Brasil, deve ser gradativo, considerando os diferentes níveis socioculturais da população, e promovendo, talvez, conjuntos aproximativos básicos até a participação ampla da comunidade, viabilizando, sempre que possível, espaços efetivos para que o "saber" local possa ter condições de pertencer ao conteúdo de aprendizagem.

● Experiências no meio rural

Sempre considerando a problemática do meio rural e todas as nuances conjunturais em nosso País, esboçadas anteriormente, vamos procurar analisar alguns meios e táticas que o Mobral lançou mão para realizar os seus programas e projetos no meio rural.

O que parece ser crucial para os educadores e agentes é o paradoxo de que a educação, por si só, não é um instrumento de transformação social, mas, de toda maneira, tem condições de abrir espaços para o diálogo e, indo mais além, para uma conscientização dos grupos acerca de todo um posicionamento frente ao universo da comunidade.

Como se posiciona então o Mobral face à população rural? Como estão sendo empregados os métodos e os instrumentos educativos? Tentaremos, a seguir, aprofundar alguns aspectos relacionados a essas questões.

O emprego das chamadas tecnologias educacionais, numa primeira abordagem, pode situar-se como um instrumento facilitador para atingir um maior número de pessoas. É interessante observar que, ao lado das tecnologias mais sofisticadas — rádio, audiovisuais, entre outras —, as tecnologias mais "pobres" também são operadas — utilização de

cordel, mamulengo etc. —, sem que se conheça em profundidade como resultam junto às populações envolvidas, especialmente em termos de ampliação do grau de participação e aprendizagem.

Também em 1978, outra experiência de valorização das manifestações populares era iniciada através do Programa de Tecnologia da Escassez, atualmente inserido na proposta de Desenvolvimento Cultural, que objetivava pesquisar a nível nacional uma série de procedimentos peculiares, principalmente ao meio rural, de modo a promover a difusão de técnicas simples e úteis para os grupamentos rurais. Dentre as que despertam maior interesse junto aos grupos, podemos citar a construção de biodigestor, a utilização de plantas para fins medicinais e energéticos, o aproveitamento racional do solo e as possibilidades de aproveitamento da energia solar.

É oportuno observar o comentário de Raul Vargas acerca desse programa. Indica o estudioso:

"El programa de tecnologia de la escasez" es aún más incisivo en este intento de revalorizar la cultura popular: mediante folhetos práticos recoge, analiza y difunde técnicas populares de aprovechamiento de recursos y de transformación de la realidad, en una perspectiva no industrial, ni tecnológica avanzada" (Grifo nosso).⁶

No campo da comunicação social foram produzidos periódicos que, numa linha de leitura continuada, pretendiam permitir a construção de um fluxo de intercâmbio de informações entre o nível central e os grupos rurais, em torno de temática de aplicabilidade prática. Situam-se nesse nível o *Jornal Mural*, o *Jornal Rural* e o *Ação Comum*, com tiragens expressivas e atingindo os locais-chaves do meio rural, como sindicatos, cooperativas, além das unidades educativas do próprio Mobral.

Talvez um dos aspectos mais significativos do trabalho do Mobral seja a proposta de educação e ação comunitária em que caracteriza necessidades da população de baixa renda, planejando, a partir daí, ações comunitárias em integração com outros organismos. No meio rural, essas ações vêm sendo concretizadas através da construção de fossas, estímulo à formação de hortas individuais e comunitárias, implantação de Postos de Saúde, utilização adequada da água, limpeza de áreas públicas, atividades essas para as quais o Mobral não só apoia em termos de acompanhamento e supervisão, mas também através da contrapartida de remessa de recursos financeiros e materiais, a partir de projetos originados da ação local.

Dentro dessa concepção, iniciou-se em 1981 a proposta do que foi denominado de "planejamento participativo", que pretendia dar condições às comunidades para que indicassem os programas do Mobral mais adequados a sua realidade, a partir de um levantamento amplo das necessidades locais. A idéia básica partia da premissa de que a motivação e o engajamento da população nos programas poderia ocorrer de forma mais comprometida, na medida em que ela própria, ou os seus representantes, revelassem as necessidades educativas efetivamente sentidas.

O incentivo à criação de associações representativas locais e cooperativas, além de atividades integradas com Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, até mesmo, com

⁶ Comentário coletado do trabalho de Raúl Vargas Vega: La Producción y el Uso de Materiales en una Estrategia Nacional de Alfabetización, documento apresentado no Seminário Regional sobre Estrategias Nacionales de Alfabetización en el Marco del Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe, em que analisa, entre outras, a experiência brasileira do Mobral.

grupos eclesiais de base, são outras atividades decorrentes dos postulados metodológicos que mereceriam investigações mais profundas, com o sentido de se avaliar a qualidade, a extensão e os resultados desse trabalho.

Atualmente, através de convênio entre o Mobral e a CNBB, com atuação prevista junto aos grupos eclesiais de base, objetiva-se "um trabalho de colaboração mútua na área de Planejamento Natural da Prole, dentro de um processo educativo mais amplo, respeitando as condições socioeconômicas e culturais e os fatores éticos da nossa população, principalmente os valores decorrentes da dignidade da pessoa humana no que se refere à transmissão responsável de vida".

Especialmente nos projetos de cunho governamental que são implementados no Nordeste, o Mobral tem sido sempre incluído como organismo em condições de mobilizar as comunidades, seja como instrumento educativo de preparação das populações em face da execução de obras de infra-estrutura, seja como organismo capaz de detectar características sociais que devem ser incorporadas às propostas vinculadas ao aumento de produtividade, implantação de novas culturas, e mesmo no que diz respeito à capacitação de recursos humanos. Estão nesse caso os projetos da Sudene — Polonordeste e Zonas Canavieiras — e do Banco Mundial, para citar apenas os mais recentes.

Não podemos deixar de mencionar ainda a experiência que é desenvolvida pela Coordenação do Mobral no Estado do Rio Grande do Norte, que reflete um comprometimento extremamente vinculado à identidade sociocultural de diversos grupos de baixa renda, denotando características muito próximas aos movimentos de cunho popular.

O projeto Serra João do Vale é uma etapa histórica desse trabalho; exemplo de uma efetiva ação comunitária popular, numa comunidade rural que caracterizava-se pela incidência de graves problemas sociais, praticamente isolada do resto do estado devido a sua configuração geotopográfica, mas com uma riqueza cultural muito particular.⁷

A partir dessa experiência bem sucedida, uma série de atividades voltadas para a prática educativa em seu sentido social foram realizadas, redundando, quase sempre, na organização de grupos e permitindo, entre outros aspectos, a formação de movimentos reivindicatórios de alto grau de significado social.

O principal meio que possibilita a combinação harmônica dos componentes — abrangência, profundidade e qualidade da ação — está diretamente relacionado às modificações processadas pela Coordenação do Rio Grande do Norte na metodologia da alfabetização, e perfeitamente coerentes com o princípio da flexibilidade que é postulado pelo Mobral. A idéia básica refere-se à consideração de que cada grupo humano tem potencialidades para uma permanente prática educativa, a partir de uma ação conscientizadora em que o próprio grupo interioriza e percebe o valor e a força do seu trabalho.

Reuniões comunitárias congregando grupos sociais identificados culturalmente — urbanos e rurais — com representantes dos municípios do estado caracterizam os momentos em que se procura aprofundar a problemática inerente, bem como propostas visando à continuidade da ação. Encontram-se nessa situação grupos de curandeiros e rezadeiras, ambulantes, lavadeiras, parteiras curiosas, carroceiros, vassoureiros, entre outros.

Pode-se tentar uma sintetização do trabalho educativo do Mobral no meio rural, tomando-se como referência, a proposta encaminhada ao MEC em 1976, e relacionada à

preocupação em se traçar uma metodologia de planejamento da educação para o desenvolvimento integrado das áreas rurais.

Destacam-se as seguintes sugestões, originadas de projetos e atividades que foram ou continuam sendo desenvolvidos pelo Mobral:

- dar prioridade à execução do Projeto Diagnóstico Municipal, de modo a se conhecer a realidade social, econômica e cultural da área rural;
- promover ampla divulgação dos resultados, remetendo-os às demais entidades de governo, de modo a viabilizar ações integradas no âmbito de um planejamento inter-setorial;
- incrementar a participação das Universidades Rurais em trabalhos educativos de base, através da realização de pesquisas, da participação em atividades profissionalizantes, entre outras possibilidades;
- divulgar à população e entidades os resultados do Mapa Cultural Brasileiro, como forma de estímulo e valorização das manifestações culturais;
- utilizar, para continuidade do processo educativo, a autodidaxia como modalidade alternativa de ampliar conhecimentos e informações de utilidade e aplicação imediatas por parte das populações rurais;
- intensificar esforços para que as Prefeituras Municipais e comunidades possam ampliar as equipes locais de supervisão, principalmente nos distritos.

E poderia acrescentar um aspecto que não se encontrava formalizado na proposta:

- identificar os traços metodológicos e filosóficos inerentes ao trabalho que se desenvolve no Rio Grande do Norte, com possibilidades de serem adotados a nível nacional.

⁷ O relato da experiência na Serra João do Vale (RN), bem como as demais ações educativa-comunitárias desenvolvidas pela Coordenação do Mobral no Estado do Rio Grande do Norte foram extraídos do trabalho A ação educativa do Mobral no Rio Grande do Norte, de 1980.

TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO POPULAR NA DÉCADA DE 80 NO MEIO RURAL

Ary Mortendal

Nota Introdutória

A cidade e os Campos de Lages situam-se no planalto serrano de Santa Catarina. A população do município, hoje, está em torno de 160 mil pessoas, sendo que a população urbana detém aproximadamente 3/4 deste total. A superfície territorial é de 7.000 km² — a maior do Estado.

Lages foi fundada em 1776 pelo bandeirante Correia Pinto, como tentativa de conter o avanço dos espanhóis na fronteira sul e, ao mesmo tempo, para servir de apoio às tropas sediadas no Rio Grande do Sul. Desde o início, instalaram-se fazendas de criação de gado em toda a região, aproveitando-se as pastagens nativas. A produção da pecuária regional era comercializada na feira de Sorocaba, em São Paulo, transportada que era pelas famosas tropas de mulas.

A região de Lages nunca teve influência significativa do litoral de Santa Catarina. Aliás, politicamente, Lages só passou a pertencer à província catarinense em 1820. Seu intercâmbio maior se desenvolvia com São Paulo, por força de sua origem bandeirante, e com o Rio Grande do Sul, pela semelhança de paisagem, de costumes e de atividade econômica.

A população rural de toda a região era constituída de caboclos. Há que se distinguir os caboclos que trabalhavam nas fazendas, como peões, e os caboclos que ocupavam os espaços povoados de florestas de araucária e os costões de serra, que se dedicavam a uma agricultura de subsistência. Culturalmente, é importante esta distinção, pois os peões tinham costumes e linguajar mais gauchesco, ao passo que os caboclos roceiros tinham maior aproximação cultural com as origens bandeirantes.

Como já se disse, a atividade econômica inicial estava ligada à pecuária, pois os campos nativos favoreciam-na. Mas a região também era rica em florestas de araucária e até mesmo na variação campo/araucária. Este fato veio determinar, a partir de 1940, o deslocamento de pequenos e médios empresários, advindos do Rio Grande do Sul, especialmente da região de colonização italiana, interessados na exploração industrial do pinheiro (araucária). Isto se torna relevante na medida em que altera o contexto sócio-econômico de todo o planalto serrano de Santa Catarina. Com este intenso ciclo de industrialização ocorrem duas coisas fundamentais: a pecuária perde sua hegemonia e os peões das fazendas e os caboclos roceiros são incorporados às serrarias como mão-de-obra. E tão intenso foi este processo de industrialização que, em três décadas, as reservas florestais se extinguíram. Extintas as florestas (e a matéria-prima), as serrarias fecharam e a sua mão-de-obra, que fora arrancada do campo, não teve outra alternativa senão procurar a cidade — e a cidade maior, Lages. Esta é a razão fundamental pela qual Lages, hoje, apresenta elevado índice de urbanização e uma grande população periférica marginalizada.

Politicamente, cabe também uma palavra. Por aproximadamente 70 anos, a começar pelos fins do século passado, Lages teve importância fundamental na política do Estado de Santa Catarina, dando as cartas, como se diz popularmente. A aristocracia rural lageana fez vários governadores e, mesmo nas décadas do ciclo de industrialização do pinheiro — quando esta aristocracia perdeu a hegemonia econômica — conservou até o poder municipal, muito embora os industriais quase sempre se alinhassem em partidos

oposicionistas. Apenas na década de 70, disputando contra a aristocracia e os industriais, a Oposição logrou êxito eleitoral.

É aí que começa a aparecer uma nova proposta política e administrativa, no contexto da qual se insere a experiência que será relatada e outras que em Lages estão acontecendo.

Educação Popular na Área Rural do Município de Lages

Três serão as experiências que serão relatadas e que se desenvolvem em Lages. Uma na área da cultura propriamente dita, outra na área da agricultura, e uma terceira na área da saúde.

1. Mostra do Campo

O pessoal de várias secretarias da Prefeitura de Lages, antes de mais nada, começou a circular entre as pessoas do meio rural — sem definições maiores — para aprender algumas coisas e para conquistar confiança e simpatia. Aprendeu, por exemplo, que não adianta reunir pessoas para discutir teoricamente as coisas. A gente se reúne para discutir problemas concretos. O pessoal descobriu também que o povo da área rural estava perdendo sua identidade e que um dos fatores disto era a ação dos meios de comunicação de massa que desacreditavam valores, ações e produtos do meio rural. O trabalho manual e artesanal, as formas de trabalho cooperativado, a linguagem, a indumentária, a culinária etc. eram profundamente desvalorizados. Valiam os valores urbanos, a produção urbana, a competição. Ademais, quanta gente do sítio não se deslocara para a cidade? “Roça é pra quem não dá para outra coisa...”

A Secretaria de Cultura contra-atacou com uma proposta de resgate e valorização de todas as manifestações verbais, musicais e artísticas, artesanais, medicinais, de hábitos alimentares e de vestuário. À medida que se incentivavam estas manifestações, discutiam-se com as populações os motivos que levaram o homem do campo a não mais se expressar desta forma.

Outrossim, procurou-se reativar o trabalho cooperado (os mutirões, as organizações comunitárias, o companheirismo, a ajuda mútua). Destacou-se que a organização passa a ser o caminho mais viável para a solução dos problemas existentes em cada comunidade e que a reivindicação é um direito legítimo das pessoas e da comunidade.

O mecanismo inicial de atuação foi a escola. Isto porque, na pequena comunidade rural lageana, a escola representa um ponto de referência em torno do qual as pessoas se agregam, por motivos óbvios — é, de qualquer forma, ao lado da pequena capela, um centro comunitário depositário de interesses. Mesmo que esta escola fosse completamente dissociada da realidade e apresentasse um currículo esdrúxulo.

Que se fez? Uma coisa simples, mas que refletia uma idéia que poderia ser assumida e desenvolvida pela comunidade. Formou-se, em torno da escola, uma atividade denominada inocentemente de “Clubinho do Campo”... A atividade consistia no seguinte: Aos sábados, haveria uma alteração nas atividades escolares. Neste dia, as crianças passariam a trabalhar e a criar qualquer coisa utilizando-se de matéria-prima local: milho, sabugo, palha, folha de butiá, lã, taquara, couro, madeira, chifre, vime etc. Faziam bonecos, tentavam trançar couro, tecer lã, fazer um cesto — qualquer coisa. Esta atividade começou a despertar a atenção e o interesse dos pais que, antigamente, dominavam técnicas utili-

zando-se destes materiais. E a coisa foi passando de pai para filho, de comadre para comadre, até que a escola os convidou para participar das atividades em seu recinto. Lá, os adultos produziriam e ensinariam as crianças. E assim aconteceu.

E a idéia começou a se ampliar, e não faltou quem sugerisse que, depois de uma certa quantidade de produtos prontos, podia-se fazer uma mostra de trabalhos. Outros já sugeriram que mais pessoas da comunidade, mesmo não ligadas diretamente à escola, poderiam participar. Enfim, todo mundo poderia manifestar suas habilidades e pendoros, até mesmo no campo da música, da trova, da cozinha, da costura etc...

E assim se produziu a idéia de se fazer uma grande *Mostra do Campo* na sede do Distrito. A idéia ainda foi enriquecida com a sugestão de um desfile de cavalaria, resolveu-se convidar o padre para fazer uma missa diferente, uma liturgia condizente com a mostra — uma missa crioula. Ao meio-dia, um churrasco, um arroz de carreteiro, ou seja, um almoço da comunidade a preço módico, apenas para pagar os gastos.

A primeira mostra foi uma grande confraternização. Já no dia anterior, lá estavam os agricultores preparando barracas, pequenas cabanas, arrumando trempes para ferver a água do chimarrão e para os panelões de arroz carreteiro. Muitos pernôitaram nas barracas e ranchos, cantando, trovando, contando "causos", recordando das "tropeadas". No outro dia, tudo o que fora programado, e mais um pouco. Apareceram curandeiros (herveiros) com seus "infalíveis" remédios caseiros, alguns agricultores trouxeram os frutos de suas roças — aqueles produtos que se distinguiam pela qualidade ou pelo tamanho. Note-se que isto não tinha o sentido de competição: quem demonstrava estes produtos ia ao microfone e explicava como havia conseguido produzir aquela abóbora, ou aquele pé de milho. Mais um conhecimento era participado à comunidade. Ao final do dia, um baile para todo mundo — com aproveitamento dos músicos da localidade que já se haviam apresentado no tablado no decorrer da tarde.

A *Mostra do Campo* encontrou tamanho eco, que foi institucionalizada no calendário municipal de acontecimentos culturais. Evidentemente, o pessoal da Secretaria de Cultura anima a promoção e dá o apoio a nível de transporte, divulgação. Mas a comissão eleita pela comunidade procura organizar e incentivar o pessoal. Neste aspecto, é importante o que acontece *antes* da mostra. O pessoal se reúne, discute até politicamente o significado do evento, distribuem tarefas. Esse processo tem revelado um número significativo de lideranças. Aliás, dessas discussões preparatórias constatou-se mais de perto os problemas que afligiam os agricultores: A Secretaria de Agricultura e Abastecimento levou adiante a discussão, que, concretamente, resultou na idéia dos núcleos agrícolas.

Se a *Mostra do Campo* é o acontecimento maior, por outro lado a atividade que lhe deu origem (os *Clubinhos do Campo*) transformaram-se, nas pequenas localidades, em Encontros Culturais e Educativos. Estes encontros são mostras menores, mas um pouco mais ricas em aprendizagem, especialmente para as crianças.

Todo este trabalho redundou em produção artesanal de um certo porte, guardadas as dimensões. Esta produção precisava de mercado. Reuniu-se o pessoal, discutiu-se a questão e decidiu-se criar um entreposto de venda, na cidade; surgiu daí a *Casa do Artesão*. Há já um projeto, tendo em vista o acerto da iniciativa, de transformar esta Casa numa *Cooperativa dos Artesãos* de Lages.

Mais um dado interessante. As técnicas e remédios apresentadas pelos herveiros e curandeiros foram tão significativas que a Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social também resolveu estudar melhor a questão e apresentar uma proposta que aproveitasse este potencial resgatado.

2. Núcleos Agrícolas

Das discussões em torno da organização das *Mostras do Campo*, onde os agricultores manifestavam suas preocupações e problemas, tomou corpo a idéia de nucleação e cooperação. A Secretaria de Agricultura deu continuidade a esses debates e iniciou o trabalho de organização dessa gente. Dentre os problemas manifestos e sentidos pelas comunidades rurais, podem ser citados: — a questão da produtividade e do cansaço da terra; — armazenamento e escoamento da produção; — o preço da produção; — a injustiça institucionalizada pelos empréstimos bancários aos agricultores de pequenas propriedades; — a falta de assistência técnica; — a carência de máquinas agrícolas e seus custos de mercado, impossibilitando a ampliação de áreas cultivadas.

Formaram-se, então, os *Núcleos Agrícolas*. Cada um reúne em torno de 70 agricultores (entre pequenos e médios proprietários, além dos sem-terra). O núcleo (e alguns já se constituíram em sociedades civis) é gerido pelos próprios agricultores. A Secretaria entra com a assistência técnica e com a patrulha de máquinas agrícolas. Cada núcleo recebeu um trator para administrar em sua área de abrangência. O agricultor paga só os custos operacionais da máquina que ocupa e pode saldar esta dívida na época da colheita, até mesmo a troco de produtos. Para se ter uma idéia, este custo é dez vezes menor do que os preços que um grande proprietário cobrava quando cedia o trator a um agricultor. Assim, eliminou-se também este intermediário.

Os resultados deste trabalho foram rápidos e se refletiram no aumento de área cultivada (40% a mais); aumento de produtividade, pela assistência técnica recebida; muitos núcleos estão montando esquemas de armazenamento e venda da produção — conseguindo preços mais ajustados; os próprios núcleos, a partir de seu poder de organização e solidariedade, estão comprando equipamentos e até tratores; finalmente, os nucleados estão em busca de outras alternativas de produção, com o objetivo de aumentar sua renda e não ficar preso à produção tradicional (feijão, milho e batata), tais como: psicultura, criação de animais de pequeno porte, apicultura, fruticultura etc...

3. Agentes de Saúde

A Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, atenta ao trabalho que se fez de valorização dos remédios caseiros e do potencial humano de pessoas experimentadas por longa prática no tratamento doméstico de doenças, resolveu apresentar um projeto envolvendo estas pessoas na educação e na prestação comunitária de serviços — objetivando a saúde do povo.

Primeiramente, houve um reconhecimento destes conhecimentos populares, depois desmistificou-se o médico como dono de todo o saber. Finalmente, sistematizou-se a ação a desenvolver.

O primeiro passo desenvolvido foi fazer um levantamento das 70 comunidades mais carentes na área da saúde, em todo o território municipal. Em seguida, houve reunião com estas comunidades para que cada uma apontasse, por processo de eleição (eleição é o que mais dá em Lages...), a pessoa que a comunidade julgasse com mais condições. A maior parte dos escolhidos foram os curandeiros tradicionais, e o resto do quadro foi formado pelos professores rurais. Selecionados os agentes de saúde (como passaram a ser chamados), a Secretaria promoveu um treinamento em vários finais de semana, perfazendo uma centena de horas, onde se discutiu desde as práticas populares de

cura e o valor do remédio caseiro, até lições de anatomia. Neste treinamento, os agentes foram enriquecidos com conhecimentos primários a nível de saúde, foram treinados em técnicas de identificação de doenças, em métodos e práticas de ações curativas e preventivas. (Não faltaram, inclusive, discussões de nível político sobre a questão da terra).

Estes agentes estão, hoje, atuando nas comunidades — desenvolvendo atividades como as que seguem: — repassando conhecimentos e informações à comunidade, inclusive nas escolas rurais; — ministrando tratamento, ou a partir de receituário médico, ou por própria conta, quando for o caso, exercendo práticas de enfermagem, aferindo sinais, aplicando injeções e curativos de forma correta; — identificando doenças comuns de fácil resolução (verminoses, diarreias, piodermites etc.), medicando os pacientes utilizando drogas de baixa toxicidade e escassos efeitos colaterais, ou mesmo indicando remédios caseiros; — informando e orientando sobre cuidados materno-infantis; — atuando na área de primeiros socorros; — agindo na prevenção de doenças decorrentes da falta ou deficiência de saneamento básico; — preenchendo prontuários familiares, levantando discussões sobre problemas relacionados à saúde e tentando, conjuntamente com os seus pares, encontrar formas de resolvê-los.

Segundo programação da Secretaria, em breve uma nova turma de agentes será selecionada para um novo trabalho.

Conclusão

Este foi um breve relato de um processo que, desencadeado, é repensado a cada momento pelos que trabalham em Lages, podendo sofrer a qualquer tempo alterações, cortes, acréscimos. O planejamento destas atividades sempre é provisório. Ademais, estas experiências estão integradas a outras que aqui não foram relatadas. As que foram expostas foram pinçadas de um contexto todo e, por esta razão, esta exposição teve carências significativas. A parte, sem o todo, sempre é a parte — isto sem querer fazer apologia da teoria sistêmica...

Ademais, há atrás de tudo isto um poder público, um partido político, e, por que não dizer, políticos — comprometidos com um trabalho alternativo de oposição e comprometido com os interesses populares.

(José Ari C. Martendal e Walmor Beltrame)

APRENDER A DIZER A SUA PALAVRA Anotações sobre o trabalho do alfabetizador de adultos

Carlos Brandão

Começado na cidade de Goiás durante um encontro sobre educação popular. Concluído em Campinas, em novembro de 1981.

“Olha, lança no papel, escreve, escuta.”

João Guimarães Rosa
Noites do Sertão

1. Pra que serve um homem aprender a ler-e-escrever?

“Uai, serve pro cristão saber mais alguma coisinha, pra ele saber ler e escrever, a ler no papel e escrever pelo menos o nome dele” — respondeu uma vez um lavrador, mineiro em Goiás.

“Serve pro peão, indo pras pontas de rua na cidade, quando ele tiver que sair da roça tocado pelo gado do fazendeiro, ter uma condição lá; uma assim, de um trabalho melhor” — respondeu um goiano na mesma conversa.

“Na regra de pobre é melhor pro homem, não sabendo ler-e-escrever, ele ter a sua terrinha pra trabalhar, do que, não tendo, ele saber” — completou um outro.

No jogo de perde-e-ganha da “gente da roça” se sabe o valor que separa as coisas umas das outras. “Ter a sua terrinha” e ter condições pelo menos razoáveis de plantar, é possuir a garantia do “sustento da família”. Saber ler-escrever é ganhar uma ferramenta que ajuda “o pobre” a suportar a expropriação, sobretudo quando “o peão tem que sair mesmo da roça e caçar trabalho na cidade”.

2. Alguma coisa meridiana é preciso não esquecer. Por vezes se tem a tendência a igualar todas as pessoas das classes populares como uma massa única de gente igual. Expressões coletivas como “nível de vida” “grau de instrução” servem quase sempre antes para espelhar uma falsa uniformidade, do que para revelar a realidade das diferenças que ali habitam. Desde que comecei a fazer pequenas pesquisas de cultura e religiosidade popular no interior de Goiás, fui descobrindo que, entre os especialistas de trabalho religioso, havia sujeitos que iam desde o sertanejo absolutamente analfabeto, que tirava todo o seu saber de “mestre” de tradição oral e dos inumeráveis meios de torná-la um saber pessoal, até leitores costumeiros, donos de pequenas bibliotecas do ofício, guardadas em algum canto do seu rancho de pau. Entre os companheiros com que trabalhei na pesquisa de *O Meio Grito*¹, havia vários lavradores de povoados da beira dos começos da Belém-Brasília que não só sabiam ler muito bem, como liam de tudo, com freqüência, e escreviam sempre, muitas vezes. Alguns tinham cadernos, diários onde anotavam suas músicas, observações e

comentários do que viam e viviam. Quando chegamos às etapas de tabulação de dados, o tratamento das entrevistas feitas em inúmeros grupos, homens e mulheres de "patrimônios" (povoados) do sertão de Goiás aprenderam em poucos minutos todas as operações necessárias e as fizeram com muito desembaraço. Alguns deles aprenderam a usar as pequenas máquinas de calcular e um deles interrompeu-me quando eu ia iniciar uma segunda explicação, para dizer: "eu já sei". E, de fato, já havia aprendido com uma primeira explicação apressada.

Em várias reuniões de grupos de lavradores por onde tenho andado, a "gente da roça" vem com os seus cadernos e toma anotações de tudo, tal como nós — educadores, agentes de pastoral e outros mediadores eruditos — costumamos fazer².

3. Em um recente Encontro do Centro de Estudos Urbanos e Rurais, em São Paulo, eu reagi a afirmações de que se lia cada vez menos neste País e de que o povo praticamente nada lê, como uma idéia oposta. O povo é o grande leitor do País. Apenas ele não lê o que lemos, nem o que escrevemos, porque habitamos um fabulário diverso. Mas as sucessivas novas edições dos livros de *Carlos Magno e seus cavaleiros da França* não demoram tanto tempo para se esgotar quanto os livros que ousam publicar as nossas teses. E toda a multiplicação da Literatura de Cordel ajuda a demonstrar o mesmo. Rara é a casa de um camponês de Goiás, São Paulo e Minas Gerais onde não encontrei pelo menos alguns livros. Todos os convertidos a alguma pequena igreja pentecostal aprendem a ler — quando não sabiam antes — em não muito tempo, e se tornam furiosos leitores individuais ou coletivos. Muito recentemente, o editor de uma livraria de "livros para o grande público", repetia a mesma coisa. Os seus romances de folhetim e as edições de *As Profecias de Nostradamus*. *O Livro dos Sonhos* e *A Cruz de Caravaca* (O verdadeiro "capa preta") esgotavam em poucos meses tiragens de 25 a 30 mil exemplares. Eu vinha exultante de uma reunião rápida com o pessoal da Editora Brasiliense, onde me comunicaram que o meu pequeno *O que é Educação* teria em breve uma edição de 10 mil exemplares, quando li num *A Folha da Tarde*, emprestado de um vizinho de banco de trem entre São Paulo e Campinas, a notícia de que falei acima.

4. Mas a aventura de ler-e-escrever ganha coletivamente um novo sentido e é sobre isto que importa falar. Vou falar de um caso que deve ser exemplo de vários outros, acontecendo cada vez mais. Faz pouco tempo os jovens lavradores do povoado de São José, em Goiás, foram pedir "pro povo da Igreja" (os agentes de pastoral) um curso supletivo, "porque ler a gente já sabe", como alguns disseram, "mas na cidade isso não chega". Eles sabem que quando o capital chega ao campo, concentra a terra em poucas mãos e espalha o gado pelas áreas de lavoura de onde o lavrador sai "pra ponta de rua", não resta muito o que fazer como trabalhador rural. Resta a vida marginal da cidade. E se, de um lado, o jovem migrante sonha sobre ela, de outro lado sabe que para vivê-la é preciso se armar de outras "ferramentas". Alguns programas mais tradicionais de educação extra-escolar insistem em uma das duas tônicas seguintes: condicionar o educando rural à permanência na vida e no trabalho agrário; ou prepará-lo antecipadamente para a vida e o trabalho na cidade.

5. Por esses dois caminhos, o subalterno que se alfabetiza e capacita a sua força de trabalho (quando o curso do qual participa pretende ser também profissionalizante), passa por um esforço disciplinador de domesticação. Ele aprende um tipo de saber necessário às demandas da conjuntura imediata de sua condição — aprende a ler-e-escrever — ao mesmo tempo em que é conduzido a aprender tanto a lógica do pensar, quanto o conteúdo consa-

gador do modelo de pensamento que justifica a opressão para ele, e tenta fazer dele um emissário da defesa das relações sociais que constituem a sua condição de subalterno.

6. O material oficial do ensino do Mobral, das aulas coloridas dos telecurros, fazem com jovens e adultos subalternos a mesma coisa que os livros de OSPB costumam fazer com os alunos dos cursos regulares da rede de ensino: tratam-nos como crianças, como pequenos imbecis destinados a não compreender o sentido de coisa alguma do que aprendem, de modo a se manterem domésticos e, se possível, felizes.

A vida e a história oscilam entre o imobilismo canônico de uma sociedade de fantasia ("a nossa"? "a ocidental"? "a cristã"? "a do mundo livre"?) e a idealização da vida do pobre, como numa fábula encantada onde todos os males serão finalmente curados, seja pelo esforço pessoal do estudante (a ideologia do sucesso) seja porque, afinal, esta é, sem mais nem menos, "a nação do futuro". Quero citar apenas um exemplo, já não tão atual. Basta ver a coleção recente *Cada Cabeça é um Mundo*, da série Tecnologia da Escassez, para se saber como o Mobral cobre a miséria dos deserdados da sociedade desigual com nomes antisséticos (como o próprio "escassez"), e desvia a imaginação crítica do subalterno para o exercício domesticado do aproveitamento absoluto das sobras do lixo do mundo. Um pequeno paraíso no fundo de cada quintal, onde martelos e pregos constroem, quem sabe?, uma nova idade do ouro.

A absoluta ausência de qualquer comentário sobre as causas da própria condição social da escassez — no material com que, aprendendo a ler-e-escrever, as gentes das periferias da vida, das cidades e da sociedade aprendem a conviver mensalmente com a desigualdade que se nutre da expropriação de seu trabalho — é apenas parte de uma tecnologia pedagógica de ocultação e mistificação da vida social, através de uma retórica didática que infantiliza e fabula o mundo do adulto analfabeto. Infantiliza a fábula para que eles próprios, retidos e domesticados, aprendam a ser, finalmente, as crianças-grandes que o sistema necessita: sujeitos pouco críticos a quem basta a cerveja e o jogo do Coríntians em cada fim de semana; pouco exigentes e nunca organizados como classe; eficientes no trabalho e ágeis em "se virar por conta própria", na "hora do arrocho", em busca de soluções isoladas para cada maré de crise. Sujeitos, afinal, submissos a sua condição de subalternos e voluntariamente alienados de qualquer secreta ambição de acrescentar à vida de trabalho, lazer, religião, família e vizinhança toda e qualquer forma de trabalho político de classe.

7. Mas o povo "da roça" e "da periferia" desconfia do saber oficial de cujos instrumentos necessita. Primeiro porque sabe que a fonte de origem e o pólo terminal de poder estão fora de sua classe e sua vida, e são sutilmente impostos sobre elas. Segundo porque, ao mesmo tempo em que aprendem a ler-e-escrever, as pessoas do povo aprendem de novo a fazer a leitura política das maneiras e ardis com que o sistema de poder as manipula, através, também, da educação e do saber eruditos "dados" ao povo.

Tenho sempre insistido em um ponto a este respeito, e peço para aqui voltar a ele. A desconfiança coletiva de que falo pode ser descortinada com alguma facilidade ao se observar a atitude de pais favelados de crianças da rede escolar oficial. Eles enviam os seus filhos à escola e insistem em que estudem, mesmo remando contra a corrente das dificuldades que resultam todos os anos nas assustadoras estatísticas de repetência e evasão escolar, que as estatísticas do censo oficial não podem esconder. No entanto, por mais que as escolas programem ampliações de sua área de influência e insistam em "se abrir à comunidade", através de planos e propagandas de "participação comunitária", raros são

os adultos favelados que se comprometem com as iniciativas oficiais de entrosamentos do tipo: "pais e mestres", "escola e comunidade".

Raros sujeitos subalternos se envolvem pessoalmente e a "comunidade" nunca se envolve coletivamente, não porque todos se sentem alheios à escola e pouco dignos ou preparados para ela: para servi-la, para desfrutá-la. Eles apenas consideram a escola uma necessária presença alheia ao mundo da classe, na comunidade. Do mesmo modo como a delegacia de polícia, o posto de saúde, as agências regulares ou episódicas de "bem estar social" ou de "participação comunitária", a escola é quase sempre "uma coisa de fora". Uma agência com poderes e serviços aproveitáveis, que invade um espaço social de vidas e representações coletivas de uma vida que vive como sua a Escola de Samba e o terreiro de Umbanda e, como "de fora", a escola dos filhos, o Mobral e todas as outras agências exteriores de mediação de serviços setoriais à comunidade e controle político sobre a classe.

8. A mesma idéia pode ser pensada de um modo diverso. Quando em algum lugar do campo ou da cidade surge um programa de educação popular, um programa logo de saída ou, aos poucos, não identificado como "oficial", primeiro pelos seus próprios agentes, depois pela própria gente do lugar, a atitude coletiva pode ser diferente. Um trabalho pedagógico alternativo tem condições de ser "assumido pela comunidade", e tornar reais palavras de projetos como: "integração" e "participação". Não terá sido acaso isso o que aconteceu durante todo o tempo de invenção da Educação Popular no Brasil, entre 1960 e 1966? Não será o que volta a acontecer desde alguns anos para cá? Programas de *promoção popular* e de *pastoral popular*, por exemplo, com atividades de alfabetização. Trabalhos pedagógicos que se projetam como instrumentos de apoio e serviço aos movimentos das lutas populares e que, a partir daí, incorporam pessoas das classes populares como co-produtores, mais do que apenas como "participantes".

Mas entre o que aconteceu nestes "espaços alternativos de educação" na década de 60 e o que acontece agora há diferenças, e não há nada mais errado do que transportar idéias e experiências em bloco de um tempo para o outro.

Naquela década, ou porque não havia movimentos populares organizados, ou porque a nossa cegueira de educadores deslumbrados com a descoberta da dimensão popular de nosso trabalho não nos deixava vê-los, uma parte importante do trabalho "com o povo" era dirigida a torná-lo apto a organizar-se como nós. Ou então era dirigida a organizá-lo por nossa própria conta. Experiências de educação-alfabetização eram um instrumento de uma coisa e da outra, e palavras como "conscientização" e "politização" tinham, então, mais força política do que hoje têm palavras de ordem às vezes tão inocentes que podem ser usadas tanto pelo Rotary Club quanto pelo Partido dos Trabalhadores, como "integração" e "participação popular". Por isso, era iniciativa nossa, dos grupos e agências de educadores-mediadores, promover a educação popular. Radicar escolas rádi-fônicas; buscar "líderes autênticos da comunidade" para torná-los nossos "monitores" e, portanto, porta-vozes; convencer a comunidade, com uma sincera fala de aliado, a aceitar nossas idéias, o nosso trabalho em seu favor. Tínhamos um projeto afinal não-colonialista de educação e era preciso torná-lo forte e difundido.

A partir de então pessoas, grupos e comunidades de lavradores e camponeses não eram convocados a aprender a ler-e-escrever para receberem lições de aperfeiçoamento de mão-de-obra (embora isso possa fazer parte de seus estudos), ou para serem transformados em cidadãos dóceis ao comando do poder que os educa. Eles são chamados ao estudo, entre outras coisas, para aprenderem a se apropriar:

- a) da própria situação pedagógica concreta que realiza a educação popular, enquanto um processo coletivo de aprendizagem dos instrumentos do saber necessários também ao desenvolvimento da consciência de classe;
- b) dos próprios conteúdos de aprendizagem, para uso direto em seus movimentos de lutas populares.

9. Diversas lutas são travadas em volta da palavra escrita que o alfabetizador popular ensina. Elas não são só vagamente ideológicas, são concretamente jurídicas. Vamos por partes. Não é só um vago conteúdo simbólico o que faz com que a ideologia dominante seja a das classes dominantes na sociedade desigual. É também a sua própria lógica de classe. É o seu modo próprio de pensar aquele que se torna o modo social legítimo e domina o pensar sobre a realidade social. Há uma lógica erudita que atravessa o país, do Mobral aos tribunais de Justiça, e que faz o substrato das mensagens dominantes em circulação, seja na "letra da lei", seja na "TV Globo". Ora, esta lógica dominante se expressa como uma linguagem escrita de que a expressão mais acabada é, a meu ver, a escritura jurídica, justamente aquela mais reclamada para determinar todos os limites da vida social, e aquela em que mais se apoiam as forças setoriais dominantes para "fazer valer a lei e a ordem" (que eles costumam escrever sacralizadamente com maiúsculas). "Fazer valer", para o controle de todo e qualquer movimento popular de contestação dos arbítrios da desigualdade legitimada. Mais do que com armas de guerra, ganha quem domina o uso da caneta.

Na prática concreta das lutas populares (veja os casos das greves dos metalúrgicos do ABC, o caso recente dos posseiros de Conceição do Araguaia), há mais jogos de força envolvendo o tabelião, o juiz e os advogados, do que de quaisquer outros emissores do poder. Antes de ser, ou ao mesmo tempo em que é uma luta política (greve de operários), ou armada (resistência militar de posseiros do Norte), uma das suas linhas de frente se faz através de combates escritos. Isso vale tanto para um clube de mães de favêla em luta por direitos de uma creche, até a luta das oposições sindicais dos lavradores goianos, em luta contra sindicatos dominados por pelegos.

Não é preciso muita imaginação para se descobrir por que nas matas do sul do Pará muitas vezes o educador-militante mais importante é o advogado trabalhista, ou o especializado em questões agrárias. E os termos desses combates ferozes de natureza jurídico-política são os da lógica dos tratos e contratos escritos de parte a parte.

Cada vez mais, dos porões do ABC aos de Marabá, é com livros, escritos, abaixo-assinados, documentos de arquivo, textos de pesquisa, relatórios de reuniões de classe, jornais mimeografados de sindicato, volantes noticiosos ou conclamadores, registros de cartório e processos jurídicos que os trabalhadores da roça e da cidade têm que se haver.

10. Não é apenas através de uma difusa inculcação ideológica, ou através do uso maciço da "comunicação de massa", que se faz sobre o povo o ensino de uma lógica dualista ("bem e mal", "bons e maus", "ordem e desordem") e não-dialética de pensar o mundo, e se realiza nele o controle da esfera simbólica da dominância social. É também através do monopólio dos mais diferentes tipos de agência mediadores de reprodução do ensino que instrumentaliza o saber (ensina a ler-e-escrever) e capacita a força de trabalho (ensina a trabalhar qualificadamente). Estas agências são quase todas as que regularmente distribuem a *educação* para os subalternos: as escolas de primeiro e segundo graus, os cursos de educação extra-escolar ou de recuperação acelerada de adultos (alfabetização, pós-alfabetização; supletivo de 1º e 2º graus), os centros oficiais ou classistas de capacitação de mão-de-obra (SESC, SESI; SENAI, SENAC, PIPMO).

O controle destas agências de instrução-domesticação sempre esteve totalmente fora do alcance popular. Mesmo quando especificamente dirigido com prioridade “ao povo”, o conhecimento veiculado pelo Mobral, por exemplo, implica uma aparência de saber popular, porque é “de todos” (qualquer um pode freqüentá-lo) e porque é “primário” (“simples”, “ao alcance de todos”). Tudo isso sob a condição de que a estrutura de produção e veiculação do trabalho pedagógico, da lógica do processo de ensino-aprendizagem e dos conteúdos de docência e regras de participação sejam gerados e realizados sem o concurso dos próprios sujeitos-educandos. Em síntese, o educando-popular recebe um ensino de leitura (e tudo o mais) pronto, feito por educadores de mediação que, por sua vez, servem a um pólo de emissão de poder de docência de que não participam. Aprender a ler-e-escrever, aí, significa aprender a palavra de outro. E a sua lógica.

11. Mas é justamente aqui que algumas coisas começam a tomar um novo rumo em alguns cantos e recantos de povoados rurais e de periferias de cidades. Há sinais pelo ar e quero enumerar sem comentários alguns exemplos que conheço de vivência (na verdade, leitor, a apressada vivência do militante acadêmico), ou de participar de debates com educadores que estão participando de novas experiências.

a) Alguns jovens lavradores do povoado de São José, em Goiás, chamaram em sua ajuda agentes da pastoral da Diocese de Goiás. Eles queriam um “supletivo”, caminho de um saber que “ajuda na cidade”, quando descobriram que a luta pela posse da terra ou de um trabalho justo nela estava com os seus dias contados. Um programa de estudos foi discutido de parte a parte. As pessoas do próprio povoado assumiram “o supletivo” como coisa sua, construíram um “ranchão” para o curso e indicaram pessoas escolarizadas da própria comunidade como seus professores. Os agentes de pastoral, assessores do programa de estudos ajudam aos professores do lugar. Falei deles algumas páginas atrás.

b) Um pouco adiante, os mesmos jovens resolveram — quem sabe antes de sair de lá de vez, ou, quem sabe, para rearmar a luta para ficar? — aprender a “história do lugar”. Eles querem desenvolver formas próprias de reconstruir a memória do que foi o povoado onde vivem. Querem pesquisar as próprias pessoas do lugar, os mineiros mais velhos, migrados para lá um dia. Querem ir aos arquivos da Igreja e do Estado. Querem descobrir por conta própria as suas origens e, um dia, escrever a sua própria história.

c) Em povoados e “pontas de rua” de cidades próximas, lavradores, homens e mulheres, adultos e jovens, pedem ajuda a professores e agentes de pastoral para criarem cursos de alfabetização. Os objetivos são semelhantes aos dos jovens de São José, mas de outro modo. Há ali propósitos de classe e de *trabalho de classe* mais definidos. Querem aprender a ler-e-escrever porque é impossível travar a batalha por sindicatos livres sem as armas da escrita e do cálculo eruditos. Há documentos a ler, a preparar; há jornais de campanha. O mimeógrafo muda de mãos e roda folhas das lutas dos movimentos de trabalhadores.

d) Alguns militantes do Centro Ecumênico de Documentação e Informação preparam modelos próprios do Método Paulo Freire para responder ao pedido de cursos de alfabetização e pós-alfabetização de seringueiros do Acre, perto da fronteira com a Bolívia. Há exemplos muito semelhantes misturando educadores e posseiros de povoados em luta no sul do Pará.

12. Sob a influência da lógica da educação oficial, quando ela é estendida como serviço às comunidades populares, até pouco tempo atrás aprender a ler-e-escrever era, no meio rural, para adultos analfabetos um recurso a mais para conhecer o necessário ao ingresso marginal na periferia do mundo cultural erudito. Era conhecer o mínimo indispensável

para mudar de uma subcondição a outra de trabalhadores expropriados, no interior dos espaços que o capital diferencialmente vai abrindo às diferentes categorias de trabalhadores que constitui — inclusive através da instrumentalização e capacitação que a educação de seus emissários oferecem ao povo — e de que se apropria.

Ser um excelente artesão especializado segundo os padrões de trocas de cultura popular não implica saber ler-e-escrever. Não exige saber as regras da cultura erudita, porque é um saber *dentro* do universo de práticas e símbolos das classes subalternas. Mas ser um metalúrgico qualificado implica saber ler-e-escrever, e saber as regras do trabalho e da conduta que o sistema de domesticação da indústria impõe aos seus empregados diretos. Saber *na* classe = “autonomia” (ainda que marginal); saber *fora da classe* = “emprego” (apropriação do saber-trabalho pelo capital).

13. Mas, dos mesmos trabalhadores chegam razões novas para um outro saber ler-e-escrever. E não só porque cada vez mais as lutas populares enfrentam, dia a dia, as armas letradas da opressão de poder dos fazendeiros, dos empresários, das transnacionais e dos políticos e juristas “da situação”. O que acontece de novo (ou, quem sabe, de renovado) são algumas mudanças de usos e hábitos entre os próprios subalternos.

Todos nos lembramos como, durante o período entre 64 e hoje, a Igreja Católica converteu algumas de suas frentes em aliadas e mediadoras de comunidades e grupos populares articulados: nas periferias, nos povoados, nos sertões. Certamente, não foi a única a fazê-lo e nem o fez do mesmo modo em todos os lugares, durante o tempo. Mas foi uma das instituições que mais definitivamente pôde assumir uma fração da tarefa de “estar com o povo” durante os anos mais malditos da repressão. Num primeiro momento, ela usou a *sua palavra* em serviço dos subalternos. Foi o momento em que, buscando espaços de aliança com o povo e clareando o teor político-pastoral deste espaço de trocas, a Igreja se reconhecia como possuidora de uma “palavra de libertação”. Possuía os sujeitos, as redes e as estruturas de reprodução desta palavra (bispos, padres, outros agentes de pastoral, grupos de Evangelho, círculos bíblicos, comunidades eclesiais de base). Possuía o instrumental mínimo de difusão desta palavra, dos lugares paroquiais e coletivos de reuniões populares, aos boletins, volantes, folhetos, jornais, revistas e livros. Num segundo momento — de que hoje assistimos começos e desdobramentos aqui e ali — a Igreja aprendeu a dar um outro sentido à sua prática pastoral de mediação e compromisso popular. Ela passou a usar os seus instrumentos e meios para apreender e reproduzir pelo mesmo uma parte da própria palavra do povo. Misturou, a partir de então, documentos, como os que bispos de vanguarda, comunidades eclesiais e a própria CNBB colocam nas ruas de tempos em tempos, com as falas, as mensagens, as músicas e tudo o mais que se fazia ouvir nas comunidades populares, em tempos de paz ou de luta. E assim se recomeçou a *escrever* o que se *ouvía*. Aos tateios — como de resto acontece também conosco, outros grupos e sujeitos mediadores comprometidos — a Igreja procurou aprender a falar *desde o povo* ao povo, ao invés de falar *da Igreja* ao povo, como sempre fez, secularmente. É preciso questionar até que ponto esta “conversão” dos conversores ocorreu na prática, como eles próprios acreditam que sim. Mas para os efeitos de nosso estudo, o que importa é o fato de que multiplicaram-se por toda a parte os meios de *escrita da fala* das lutas populares. Há novos cordéis cortando o país e, entre lavradores, posseiros, operários e índios, reacendeu-se um indiscutível crescente interesse por aprender a ler, para, de repente, *ler a sua palavra*. De algum modo, a escrita da luta do povo não falava *sobre ele e para ele*, mas aprendia a falar *através dele*. E, entre outras coisas, a que isto conduziu?

14. Conduziu a um terceiro momento. Aquele em que os próprios lavradores, posseiros, operários, com a ajuda da Igreja ou a despeito dela, começaram a lançar mão, por conta própria, do domínio do ciclo completo do uso político da palavra escrita. Este fato, que pode parecer antiquado para o mundo operário de São Paulo, é novo e muito importante no mundo do trabalhador rural, do bóia-fria ao posseiro. Este ciclo completo abrange desde as *escolas alternativas* e os grupos de alfabetização, pós-alfabetização e outros ciclos de estudo popular, até o uso, sob controle popular, do instrumental de edição e distribuição de escritos sobre a sua condição e sobre a sua luta.

Mesmo no meio do sertão do sul do Pará, é raro que líderes rurais de classe sejam analfabetos. A regra é que cada vez mais eles tendam a ser sujeitos efetivamente letrados, dentro das dimensões em que isso é possível no mundo do lavrador, do camponês ou do bóia-fria. Os atuais agentes orgânicos das lutas populares descubram que precisam dominar não só a "leitura" da escrita erudita, mas a própria leitura do código do tipo de mundo que legitima a cultura desta escrita. Porque agora, por conta dos subalternos, a palavra escrita incorpora-se tanto à luta contra os opressores, quanto na luta entre os "companheiros". Os militantes populares "da roça" precisam cada vez mais usar cotidianamente a leitura e a escrita, como militantes, para o trabalho político de classe, ainda que não precisem tanto de uma coisa e outra como *lavradores*. É a prática política, mais do que a econômica, que determina as razões atuais de aprender a ler-e-escrever.

15. Tornando efetivo e militante o que apenas conseguimos coletivamente esboçar como projeto e sonho nos tempos de ouro da educação popular, entre 1961 e 1964, as relações se invertem. Aprender a ler-e-escrever equivale agora a *aprender a dizer a sua palavra*, a proferi-la e a fixá-la como espelho da organização das lutas populares. Mais do que isso, os lavradores agora aprendem a pensar cada vez mais com a lógica que torna orgânicas as suas práticas de classe. Aprendem também a pensar com a lógica de classe que a conquista coletiva do domínio popular sobre a leitura-e-escrita acrescenta ao seu estágio atual de luta. Os subalternos, que não dispensam e nem querem dispensar as mediações de uma Igreja comprometida (um espaço de compromisso a que se incorporam agora vários grupos protestantes), do estudantado e de outros sujeitos e grupos intelectuais assessores, aprendem a tomar passo de todos os meios e modos imediatos de reprodução da lógica e dos símbolos que atualizam o seu trabalho político em direção à conquista conseqüente de uma autonomia mais plena e livre de mediações.

16. Ao se falar de tendências atuais de educação popular na década de 80 no meio rural, fala-se principalmente das instituições e trabalhos de grupos de mediadores eruditos. Mas eu penso que os fatos e tendências que relacionei aqui são os mais significativos.

Podemos começar a concluir. A educação erudita e dominante que alfabetiza "o pobre" contra a classe começa a enfrentar o contra-trabalho popular de apropriação do sentido, dos meios e do destino de sua própria educação. Isso coloca em planos mais radicalmente separados a questão da opção de classe do educador-mediador. Há um novo sentido político para o exercício político-pedagógico da alfabetização. Porque agora, como vimos aqui e vemos acontecer de Ronda Alta a Conceição do Araguaia, o campesinato reinventa em sua luta de resistência a conquistada palavra escrita e da lógica que ela politicamente veicula. Veicula ao espelhar e traduzir coletivamente, para posseiros, seringueiros, parceiros, camponeses sitiados e lavradores volantes, o seu próprio trabalho orgânico de fazer-se classe e instrumentalizar-se de todos os recursos que, passo a passo, fortalecem o seu trabalho da classe.

17. "Aprender a dizer a sua palavra", uma expressão profética dos círculos de cultura de Paulo Freire, ganha de hoje para a frente o seu sentido desvelado. Não tarda o dia em que poderemos chegar à evidência aparentemente absurda de que não será mais tão importante o emprego de métodos e momentos de *conscientização* nos trabalhos de alfabetização popular. Porque a consciência popular que de nós exige o trabalho mediador de alfabetizar é a mesma que antecipadamente conscientizou-se através da prática de classes que em um momento, exigiu ser alfabetizada.

Notas de rodapé

¹ O Meio Grito; um estudo sobre as condições, os direitos, o valor e o trabalho popular associados ao problema da saúde em Goiás. Pesquisa realizada por lavradores e agentes de pastoral das Comissões de Saúde de povoados de alguns municípios da área da Diocese de Goiás. Publicada originalmente no *Cadernos do CEDI nº 3*. Publicada depois em *Pesquisa Participante*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.

² Recomendo ao leitor o livro *Cartas de Goiás*; mensagens de um escritor analfabeto. Joaquim Alves de Oliveira foi lavrador "de vida inteira" e hoje é aposentado. Mora num canto da Cidade de Goiás. Faz muito tempo que escreve suas idéias, seus poemas. De vez em quando eles eram mimeografados e incluídos nos boletins da Diocese de Goiás. Foram reunidos depois em livro e publicados pela Editora Salamandra. Este é um raro livro de escritos de "um homem do povo", como ele próprio se intitula. Mas está muito longe de ser um raro escrito das gentes do povo que, repito, quando podem, fazem do hábito de ler-escrever uma parte essencial de suas vidas.

BIBLIOGRAFIA

Alves dos Santos, Joaquim. *Cartas de Goiás*; mensagens de um escritor analfabeto. Porto Alegre, Salamandra, 1979.

Brandão, Carlos Rodrigues (org). *Pesquisa Participante*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

